

DOSSIÊ: Extremas direitas: riscos à democracia? ■ Parte 1

“Cadê o código-fonte?”: a urna eletrônica no centro da campanha de desinformação na eleição presidencial brasileira de 2022

Isabella Vicari¹
ORCID: 0000-0002-1095-7346

Sylvia Iasulaitis²
ORCID: 0000-0002-3526-1003

Resumo: A disputa presidencial brasileira de 2022 deflagrou-se em um contexto caracterizado por uma intensa campanha de desinformação, empreendida sobretudo em sites de redes sociais. Buscou-se identificar a frequência temática da desinformação, cujo corpus de análise consistiu em 1.872 publicações coletadas em 9 portais de checagem de fatos de grande relevância no Brasil. O método utilizado foi a Análise de Conteúdo Integrada. A análise das frequências temáticas da desinformação nas eleições brasileiras de 2022 demonstra que a fraude eleitoral, que figurou como o tema de maior proeminência nos sites de checagem de fatos, buscava favorecer o candidato Jair Bolsonaro e consolidar a ideia de que sua desvantagem naquele ano, apontada pelas pesquisas de intenção de voto, era fruto de manipulação do processo eleitoral pelo PT e aliados do Poder Judiciário, idealizadores de um esquema para alterar o resultado da urna eletrônica.

6

Palavras-chave: Desinformação. Eleições. Urna eletrônica.

¹ Mestra em Ciência, Tecnologia e Sociedade pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: isabelavicari@gmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1941110653491980>

² Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Professora associada da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e Honorary Research Fellow da Liverpool Hope University. E-mail: si@ufscar.br Lattes - <http://lattes.cnpq.br/4226275371443693>

Abstract: The 2022 Brazilian presidential election unfolded in a context characterized by an intense disinformation campaign, carried out mainly on social media sites. The aim was to identify the thematic frequency of disinformation, whose corpus of analysis consists of 1,872 publications collected from 9 highly relevant fact-checking portals in Brazil. Integrated Content Analysis was used. The analysis of the thematic frequencies of disinformation in the 2022 Brazilian elections shows that electoral fraud, which was the most prominent topic on fact-checking websites, sought to favor candidate Jair Bolsonaro and consolidate the idea that his disadvantage that year, indicated by voting intention polls, was the result of manipulation of the electoral process by the PT and allies of the Judiciary, who devised a scheme to alter the results of the electronic ballot box.

7

Keywords: Disinformation. Elections. Electronic ballot box.

Resumen: La disputa presidencial brasileña de 2022 ocurrió en un contexto caracterizado por una intensa campaña de desinformación, emprendida sobretodo en sitios de redes sociales. Buscou-se identifica a frequência temática da desinformación, cuyo corpus de análisis consta de 1.872 publicaciones recopiladas en 9 portais de checagem de fatos de gran relevancia en Brasil. O método utilizado para un análisis de contenido integrado. Un análisis de las frecuencias temáticas de la desinformación de las elecciones brasileñas de 2022 demuestra que un fraude electoral, que figura como el tema de mayor proeminencia en los sitios de checagem de fatos, buscaba favorecer al candidato Jair Bolsonaro y consolidar la idea de que su desvantagem naquele año, apontada pelas pesquisas de La intención del voto, era fruto de la manipulación del proceso electoral del PT y los aliados del Poder Judicial, Idealizadores de un esquema para alterar el resultado de la urna electrónica.

Palavras-chave: Desinformación. Eleições. Urna electrónica.

Introdução

Com o fim do segundo turno da eleição presidencial brasileira de 2022, os sites de redes sociais e aplicativos de mensagem foram tomados por conteúdos que afirmavam que o código-fonte das urnas eletrônicas teria protagonizado uma fraude eleitoral, que as urnas eletrônicas não seriam auditáveis e que o Tribunal Superior Eleitoral teria se recusado a entregar o código-fonte para fiscalização das Forças Armadas. O resultado da eleição presidencial, diziam as mensagens, não era digno de crédito, tendo sido pronunciado por urnas eletrônicas manipuladas e que estavam a serviço de determinados grupos políticos.

Naquele ano, uma pesquisa realizada pela Quaest³ apontou que um terço dos brasileiros aprovou os questionamentos do então presidente não reeleito Jair Bolsonaro ao resultado da disputa presidencial. A desconfiança fomentada por Bolsonaro e parlamentares bolsonaristas ao processo eleitoral como um todo e à urna eletrônica em particular, incitou manifestações de caráter antidemocrático que emergiram antes mesmo da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito, culminando com os ataques ao Congresso Nacional e ao Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 8 de janeiro de 2023. Na ocasião, manifestantes favoráveis a uma intervenção militar para impedir o novo governo marcharam em direção à Praça dos Três Poderes, em Brasília, capital brasileira, e depredaram os prédios que guardam a administração federal.

A disputa presidencial brasileira de 2022 deflagrou-se em um contexto caracterizado por uma intensa campanha de desinformação, empreendida sobretudo em sites de redes sociais e com protagonismo da direita. Este cenário tem qualificado não apenas as disputas presidenciais brasileiras, mas representa um fenômeno contemporâneo associado à ascensão da extrema-direita em inúmeros territórios, que se apoiou em campanhas de desinformação para advogar pela saída do Reino Unido da União Europeia, em 2016, e para eleger Donald Trump nos Estados Unidos, também em 2016.

Em conjunto com a difusão de informações falsas e boatos, as eleições de 2022 foram acometidas por um processo de ressignificação da realidade,

³ Disponível em: <https://media-blog.genialinvestimentos.com.br/wp-content/uploads/2022/12/07185855/genial-investimentos-pesquisa-obrasilquequeremos_20221208.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

originando uma estrutura consolidada que atingiu as instituições brasileiras e a sociedade. Este ecossistema de desinformação, detentor de financiamento, produção de conteúdos falsos de maneira profissional e enorme capilaridade (Santana, 2023), procurou desgastar a imagem do Partido dos Trabalhadores (PT) e de seu candidato à presidência. Além disso, as instituições do sistema judiciário brasileiro, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o próprio Tribunal Superior Eleitoral (TSE), bem como o processo eleitoral em si e sua principal ferramenta, a urna eletrônica, foram vitimados pela campanha de desinformação.

Em 2018, a campanha do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro já argumentava que as urnas eletrônicas não eram confiáveis. Se essa atitude não era inédita na carreira política de Bolsonaro — em 2015, por exemplo, propôs, enquanto Deputado Federal, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) apelidada de “Minirreforma Eleitoral”, que instituía o comprovante impresso de votação sob o argumento de que as urnas eletrônicas não eram completamente confiáveis —, a atividade registrou grande intensidade em 2022⁴, uma vez que, naquele ano, a desvantagem do candidato na disputa presidencial era antevista por pesquisas de opinião. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é analisar a dimensão tomada pela desinformação sobre as urnas eletrônicas nas eleições brasileiras de 2022.

10

Paradigma teórico e conceitual

Os conceitos *fake news* e *desinformação* têm sido utilizados para caracterizar aspectos de um fenômeno recente que se relaciona com a comunicação política após a emergência e popularização das plataformas digitais como *locus* para realização de campanhas eleitorais e rápida disseminação da opinião pública acerca de eventos políticos contemporâneos.

Para Bennett e Pfetsch (2018), estamos vivenciando a quarta era da comunicação política, na qual mudanças profundas ocorreram nos processos comunicacionais envolvendo as relações entre o público, a mídia e as instituições políticas, uma vez que “a missão cívica do serviço de televisão declinou, políticos atingem audiências sem a intervenção jornalística, e a maior diversificação de conteúdos, vozes e audiências molda a opinião pública” (Bennet; Pfetsch, 2018).

⁴ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/judiciario-alertou-bolsonaro-ao-menos-31-vezes-sobre-punicao-por-ataques-ao-sistema-eleitoral.ghtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

Estaríamos observando, neste contexto, a ascensão de um ambiente comunicacional disruptivo, marcado, entre outros fatores, pelo questionamento da legitimidade das instituições e pelo aumento da desinformação.

A discussão sobre o papel da desinformação nesse fenômeno foi suscitada pela eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos em 2016. Conforme Francia (2018), um fator apontado como diferencial para o sucesso da campanha do candidato republicano foi a exposição em mídias gratuitas, utilizada para conduzir a comunicação diretamente com o público e dispensar os filtros usuais da mídia de massa. O meio pelo qual o candidato se comunicava é complementado pelo conteúdo das mensagens, que consistiam em publicações que visavam gerar conflito e atrair jornalistas, disseminando conteúdos que, muitas vezes, distorciam ou criavam narrativas com o objetivo de desqualificar opositores e se autopromover. O uso inovador das mídias sociais por Trump poderia influenciar a forma como futuros candidatos conduziriam suas campanhas presidenciais.

Neste cenário de campanha nas mídias sociais durante as eleições norte-americanas, a expressão *fake news*, livremente traduzida como *notícia falsa*, ganhou destaque. Na definição de Allcott e Gentzkow (2017), *fake news* seriam artigos intencionalmente falsos, de origem fabricada, assim como artigos originados de forma satírica, mas que poderiam ser erroneamente entendidos como verdadeiros.

Ao mesmo tempo em que jornalistas e pesquisadores recorriam ao termo *fake news* para discutir o enorme fluxo de artigos fabricados que ganhavam espaço no pleito eleitoral, Donald Trump e apoiadores apostaram em uma estratégia de ressignificação do conceito, que consistiu em classificar como *fake news* todos aqueles conteúdos com os quais eles não concordavam ou que pintavam Trump de maneira negativa (Cilliza, 2017). Assim, autores passaram a rejeitar o uso do termo em suas pesquisas, argumentando que ele seria limitado para descrever a complexidade desse fenômeno e estaria sendo apropriado por políticos ao redor do mundo.

De acordo com Wardle e Derakhshan, (2017), o termo *desinformação* tornou-se mais adequado para analisar este fenômeno por considerar a intencionalidade na ação dos atores ao qualificar como desinformação aqueles conteúdos falsos e nocivos que, além de impostores e fabricados, são compartilhados com o conhecimento e a intenção de se causar prejuízo. Em segundo lugar, a importância conceitual do termo *desinformação* está na consideração de diversos formatos de

||

conteúdo enganoso — enquanto o uso de termos como *fake news* comumente ignora os conteúdos visuais ao trazer o foco para os sites de notícias fabricadas, a desinformação engloba, por exemplo, imagens, vídeos e memes.

Os estudos sobre desinformação na comunicação política são bastante diversificados, não ficando restritos a análises dos conteúdos compartilhados ou do meio pelo qual as mensagens circulam. Chadwick, Vaccari e O’Loughlin (2018) investigam o papel da mídia, seja ela tradicional, partidária ou alternativa, na produção e circulação da desinformação no Reino Unido, levando em consideração a adaptação das mídias tradicionais ao ambiente digital, a emergência de portais alternativos de informação viabilizada pelas mídias sociais e a possibilidade de sobreposição entre estes três tipos de mídia. Investigam, igualmente, as motivações dos atores que compartilham desinformação e a relevância da queda significativa nos índices de confiança da população nas instituições democráticas para este fenômeno, destacando a existência de um vínculo entre desinformação e questões mais profundas da ordem da cultura política relacionadas à cultura cívica e à confiança em instituições, na imprensa e nos políticos.

Bennett e Livingston (2018) analisam, de maneira semelhante, a comunicação disruptiva nos Estados Unidos a partir da atuação da direita autoritária. Para os autores, o problema da desinformação deve considerar, em conjunto com o crescimento dos canais alternativos de informação, a crise de legitimidade das instituições democráticas. Estes dois fatores, quando combinados, permitiram que a agenda da mídia nas eleições dos Estados Unidos de 2016 fosse definida por redes de comunicação da direita, que promoveram um complexo entrelaçamento de temas misturando “benefícios fiscais e regulamentares para os ricos com desinformação sobre mudanças climáticas, imigração, refugiados, incompetência e desperdício governamental, e uma série de outras questões destinadas a agitar multidões políticas” (Bennett; Livingston, 2018, p. 129).

A influência da agenda da direita autoritária na agenda midiática durante pleitos presidenciais levou à discussão do problema da desinformação na perspectiva dos estudos de agendamento. Essas reflexões emergem de forma pioneira com a publicação da obra *Public Opinion* em 1922, de Walter Lippmann, que analisa criticamente a relação entre o poder do jornalismo e seus efeitos na opinião pública e questiona a perspectiva liberal, para a qual a opinião pública seria fruto da racionalidade, destacando que a opinião política, na democracia, seria

governada por conteúdos reproduzidos pelos jornais (Azevedo, 2004). Lippmann, sem utilizar o conceito de agendamento, lança luz para a questão que se tornaria central à teoria da *agenda-setting*. Para o autor, as pessoas baseiam suas ações em emoções e sentimentos que são despertados a partir do pseudo-ambiente em que o comportamento é estimulado. Este pseudo-ambiente é uma representação do ambiente real, uma imagem simbólica que é propagada, principalmente, pela imprensa (Lippmann, 2008).

O termo *agenda-setting* seria utilizado pela primeira vez apenas em 1972 com o estudo de McCombs e Shaw, que buscava “estudar o papel dos *media* na formação e mudança de cognição” (Traquina, 1995, p. 18) a partir de um trabalho de campo realizado durante a eleição presidencial de 1968 nos Estados Unidos. Neste trabalho, a hipótese dos autores está centrada na ideia de que a mídia de massa define a agenda de cada campanha política e influencia a importância das atitudes em relação aos problemas políticos. Os autores baseiam-se na proposta de Cohen (1963), para quem a mídia não obtém sucesso necessariamente em dizer às pessoas o que pensar, mas sobre o que pensar (McCombs; Shaw, 1972). A partir desta investigação, portanto, os autores inauguraram os estudos sobre agenda midiática (*media agenda-setting*).

|3

Nos períodos eleitorais, a agenda política dos partidos define-se pela ênfase atribuída a determinadas questões (*issues*) que são eleitoralmente relevantes, competindo pelas agendas pública e da mídia. Para Dragu e Fan (2016), a escolha da agenda dos partidos não ocorre necessariamente conforme proposto por Riker (1996), para quem as agendas são construídas a partir do princípio da dominância, segundo o qual um partido não enfatiza uma questão sobre a qual o adversário tem vantagem, e o princípio da dispersão, que acredita que os partidos ignoram uma questão quando nenhuma das partes têm vantagem sobre ela.

Haveria, em contraposição, um padrão distinto de agendamento entre o partido minoritário e o partido majoritário, qualificado pela diferença na probabilidade de se anunciar questões controversas ou consensuais. Enquanto o partido minoritário seria responsável por publicizar mais questões controversas em sua campanha, o partido majoritário daria maior ênfase às questões consensuais dentro de sua agenda eleitoral (Dragu; Fan, 2016).

Com o espaço adquirido pelas campanhas eleitorais em sites de redes sociais, o agendamento de questões controversas pelos partidos minoritários,

grupos de interesse e grupos políticos torna-se uma tarefa menos onerosa. Ademais, o controle do governo por um partido traz a possibilidade de que ele agende questões de forma pioneira na agenda pública, sendo possível aumentar a importância eleitoral de determinadas questões (Dragu; Fan, 2016). Soma-se a isso a percepção de que a desinformação pode ser igualmente agendada por grupos políticos ou veículos midiáticos. Conforme Chadwick e Vaccari (2018, p. 7),

informações falsas e enganosas são frequentemente introduzidas por intervenientes políticos e midiáticos de vários tipos, por uma variedade de razões estratégicas, antes de serem compartilhadas em redes sociais e mensagens privadas por uma vasta gama de indivíduos e organizações.

Em um ambiente comunicacional disruptivo, a formação das agendas do público, da mídia e política é feita neste vasto fluxo informacional que inclui fontes diversas e informações nem sempre verdadeiras. De acordo com Vargo, Guo e Amazeen (2017), a desinformação, além da possibilidade de ser agendada, adquiriu poder de agendamento: mesmo que membros da audiência tenham consciência de que estas informações não são verdadeiras, a cobertura realizada sobre elas a partir da discussão “real ou *fake*” faz com que estes temas entrem na agenda. Isso não significa que a cobertura midiática esteja reiterando os erros factuais da desinformação, mas que adotar as agendas dos sites de desinformação para refutá-los gera atenção para os temas propagados por eles.

Finalmente, segundo Vargo, Guo e Amazeen (2017), os estudos que avaliam a relação entre agendamento, desinformação e mídia partidária apontam para a maior facilidade de disseminação de desinformação partidária pelas mídias partidárias, que frequentemente realizam enquadramento de histórias com a finalidade de promover certas agendas políticas. Entretanto, os autores concluem que, nos últimos anos, a autonomia adquirida pelas agendas dos sites que produzem desinformação foi responsável por influenciar mais do que mídias partidárias, tornando-se bem-sucedida em induzir a cobertura de notícias de mídias emergentes (Vargo; Guo; Amazeen, 2017). Assim, o consumo de informação política tem ocorrido em ambientes midiáticos assinalados pela complexidade e incerteza.

Materiais e Métodos

Este trabalho pretende analisar a dimensão tomada pela desinformação sobre as urnas eletrônicas nas eleições brasileiras de 2022 a partir da hipótese de que a desinformação acerca da urna eletrônica tem sido fruto de um processo de agendamento.

Para alcançar o objetivo geral do trabalho, recorreu-se ao emprego da Análise de Conteúdo Integrada. Este método possibilita a investigação de um mesmo fenômeno em espaços distintos, contribuindo para ampliar seu entendimento a partir da análise da discussão pública em espaços formais e informais e avaliando conexões entre arenas e agentes (Maia et al., 2022).

Visando observar o ambiente informal de discussão política viabilizado pelos sites de redes sociais e a ocorrência de desinformação política, bem como compreender quais temas pautaram a agenda das iniciativas de checagem de fatos (*fact-checking*) durante o pleito presidencial de 2022, buscamos identificar a frequência temática da desinformação.

O corpus inicial de análise da segunda etapa da pesquisa consistiu em 1.872 publicações coletadas em 9 portais de checagem de fatos de grande relevância no Brasil. Primeiro, foram coletadas todas as verificações feitas por cada um desses sites, classificadas como “falsas” e situadas na seção de conteúdos sobre política entre 1º de agosto de 2022 e 1º de dezembro de 2022. O intervalo de tempo foi escolhido considerando-se que, conforme o calendário da Justiça Eleitoral para 2022, o mês de agosto oficializou o início das campanhas eleitorais e autorizou a realização de campanhas na internet. Ademais, optou-se por estender a coleta durante o mês de novembro a partir da percepção de que o resultado do segundo turno, proferido em 30 de outubro, reverberou nos sites de redes sociais durante todo o mês de novembro e embasou inúmeros conteúdos desinformativos⁵. O número de verificações coletadas de cada site pode ser observado na Tabela 1:

⁵ A base de dados criada para esta pesquisa está disponível em <https://github.com/Interfaces-U-FSCAR/Dataset-FactPolCheckBr>.

Tabela 1: Verificações coletadas de cada site de checagem de fatos

Site	Número de verificações coletadas
Projeto Comprova	175
AFP Checamos	196
E-farsas	50
Fato ou Fake	171
Lupa	245
Boatos.org	313
Aos Fatos	310
UOL Confere	228
Fato ou Boato	184

Fonte: Elaboração própria

Cada um dos sites de checagem de fatos utiliza-se de métodos próprios para selecionar os conteúdos a serem verificados, como recomendação do público ou conteúdos que tornaram-se virais em um determinado período de tempo. Mesmo assim, acreditamos que a proeminência temática desses conteúdos seja um reflexo da ênfase temática da desinformação em circulação nas plataformas digitais durante um dado intervalo de tempo. Levando em conta a repetição de conteúdos entre os sites em decorrência da iniciativa conjunta da imprensa brasileira durante as eleições com o objetivo de verificar o maior número possível de conteúdos, realizou-se a exclusão de conteúdos repetidos, restando um corpus composto apenas por peças desinformativas únicas (n=853).

16

As 853 peças desinformativas únicas foram dispostas em um livro de códigos em que considerou-se como unidade de análise o conteúdo da desinformação, e não a verificação realizada pelo portal. A unidade de análise, portanto, poderia ser a transcrição de um áudio, de um vídeo, um texto ou o conteúdo de uma publicação imagética que propagasse desinformação. Com o intuito de analisar a frequência temática das unidades de análise, não foram atribuídos pesos diferentes para a contagem. Finalmente, a classificação das unidades de análise deu-se a partir de categorias concebidas pelas autoras conforme a ideia de maior relevância do conteúdo, seguindo-se a possibilidade conferida pela Análise de Conteúdo à construção de categorias próprias que atendam aos objetivos da pesquisa. A Tabela 2 apresenta cada uma das categorias e subcategorias utilizadas para classificar as peças desinformativas:

Tabela 2: Categorias e subcategorias de análise das peças desinformativas

Categorias	Subcategorias
Apoio a Bolsonaro	Apoio de figuras populares ou figuras influentes ao candidato Jair Bolsonaro
	Atos de enaltecimento do candidato ou hostilização ao candidato adversário
	Provas de que o candidato teria amplo apoio da população
Apoio a Lula	Apoio de figuras populares ou figuras influentes ao candidato Lula
	Atos de enaltecimento do candidato ou hostilização ao candidato adversário
	Provas de que o candidato teria amplo apoio da população
Campanha	Cobertura dos bastidores da campanha do candidato
	Acontecimentos relevantes durante eventos públicos e comícios
Censura	Censura de prefeitos e governadores ao candidato
	Censura do TSE a uma candidatura
	Fim da liberdade de expressão e liberdade religiosa propagada pelo candidato
Comportamento imoral	Atitudes socialmente condenáveis, vexatórias ou indecorosas realizadas pelo candidato, partido ou apoiadores
	Associação do candidato ou partido à ausência de valores morais
Comunismo	Associação do candidato e/ou seu partido com a ideologia comunista
	Relação do candidato com países comunistas
	Ações para promover o fim da propriedade privada
Consórcio de imprensa	Relação econômica entre o candidato e um determinado grupo jornalístico
	Coberturas parciais dos fatos realizadas por veículos midiáticos
	Declarações políticas feitas por jornalistas
Corrupção	Acusações de corrupção contra o candidato, o partido ou indivíduos/organizações apontadas como aliadas
Economia	Afirmativas atribuídas ao candidato ou partido sobre propostas econômicas polêmicas
	Situação econômica de países aliados ao candidato
	Associação entre o candidato e um dado grupo com poder econômico
	Situação econômica do Brasil

Fraude eleitoral	Fraude nas urnas eletrônicas
	Interferência interna ou externa nas eleições
	Intervenção militar ou federal para impedir a fraude
	Manipulação das pesquisas eleitorais
	Repercussão internacional da fraude
	Compra de votos
Realizações de governo	Realizações governamentais atribuídas ao candidato por ele próprio ou apoiadores
	Realizações governamentais atribuídas ao candidato por adversários
Segurança pública	Promessas de campanha para o combate ao crime
	Associação entre os eleitores do candidato e a promoção de insegurança e violência no país
	Associação entre o candidato ou partido e integrantes de organizações criminosas ou facções
Orientações para votação	Informações sobre o dia e o horário de votação, o número do candidato e/ou do partido, itens obrigatórios e proibidos na sala e na cabine de votação
Outros	Informações de caráter político associadas à pandemia de Covid-19

Fonte: Elaboração própria

18

Além da categorização das peças desinformativas conforme a proeminência temática, o livro de códigos contém a frequência em que cada um dos dois principais candidatos da disputa presidencial, Lula e Bolsonaro, foram beneficiados por cada peça de desinformação.

Para o teste de confiabilidade das classificações, um passo fundamental da Análise de Conteúdo (Maia et al, 2022), recorreu-se ao coeficiente kappa (κ), que visa obter o grau de concordância da classificação a partir de três condições: existência de unidades de análise independentes; existência de categorias independentes, mutuamente exclusivas e exaustivas; existência de dois ou mais classificadores atuando de maneira independente (Cohen, 1960). Conforme Landis e Koch (1977), o grau de concordância do coeficiente κ deve ser considerado pobre quando menor que 0; fraco de 0 a 0,20; razoável de 0,21 a 0,40; moderado de 0,41 a 0,60; forte de 0,61 a 0,80; e excelente de 0,81 a 1,00. Assim, as duas autoras realizaram a categorização das peças de desinformação e o cálculo do coeficiente κ mostrou uma concordância de 87%, considerada excelente.

Análise da desinformação sobre a urna eletrônica nas eleições brasileiras de 2022

A eleição presidencial de 2022, no Brasil, caracterizou-se pela polarização em torno dos candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL). Bolsonaro tentava se reeleger após a campanha vitoriosa de 2018, conduzida em um contexto profundamente assinalado pelo antipetismo, fomentado pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT) em 2016, acusada de ter cometido crime de responsabilidade, e pela prisão do ex-presidente Lula (PT) em abril de 2018, condenado em segunda instância por uma acusação de corrupção que o deixou fora da disputa presidencial. Conforme demonstrado por Fuks, Ribeiro e Borba (2021), o antipetismo, em 2018, foi um dos principais preditores do voto em Jair Bolsonaro, assim como o antipartidarismo generalizado. Assim, o sentimento antissistema e antipartidário, com enfoque no Partido dos Trabalhadores, foi reforçado pela campanha do candidato a partir de informações descontextualizadas, exageradas ou fabricadas.

Ao longo de 4 anos como Presidente da República, Bolsonaro empregou a estratégia de distorção dos fatos e disseminação deliberada de desinformação para angariar apoio e justificar decisões governamentais. De acordo com Silveira (2020), a construção intencional da desinformação, para além de figurar como estratégia política de candidatos da extrema-direita durante campanhas eleitorais, é aplicada quando estes candidatos tornam-se representantes eleitos, passando a ser uma política pública oficial.

É relevante destacar que a desinformação sobre a urna eletrônica antecede a eleição presidencial de Bolsonaro. Conforme Recuero (2020, p. 390), a ausência de incidentes nos processos eleitorais brasileiros não impediram que ela fosse “alvo frequente de desinformação, notadamente relacionada a teorias da conspiração e fraude eleitoral”. Além disso, Vicari (2024) demonstrou ter sido o ano de 2014 um ponto de inflexão para o debate sobre a segurança das urnas eletrônicas no Brasil — com base em uma análise longitudinal, o trabalho apresenta um panorama dos principais momentos constitutivos da controvérsia acerca do voto informatizado no país. Neste sentido, foram identificados três momentos relevantes para o debate sobre a confiabilidade do voto eletrônico, sendo que o primeiro teve início com a implementação da urna eletrônica e antecedeu a disputa presidencial de

2014; o segundo emergiu com o pleito presidencial de 2014 e estendeu-se até às vésperas das eleições brasileiras de 2018; e o terceiro compreendeu as eleições presidenciais de 2018 e 2022.

Assim, o ambiente polarizado no qual ocorreram as eleições de 2014, assinalado pela contestação do resultado favorável ao PT e pelo pedido de recontagem dos votos e auditoria das urnas feito pelo PSDB (Vinhos; Prates, 2020), indicou um movimento distinto daquele observado ao fim de ciclos eleitorais pós-redemocratização. Em anos seguintes, este evento seria lembrado para endossar o movimento em favor da implementação do comprovante impresso de votação, popularmente conhecido como “voto impresso”. A iniciativa, testada pela Justiça Eleitoral no decorrer das eleições de 2002 e abandonada sob pretexto de barreiras operacionais, passou a ser um tópico central da desinformação (Vicari, 2024). Pautada pelo Congresso Nacional em três momentos distintos (2009, 2015 e 2021), foi aprovada nos dois primeiros contextos, mas teve a implementação barrada pelo poder judiciário. Em 2021, contudo, a proposta registrou a primeira derrota parlamentar (Vicari, 2024).

Conforme Dourado, Almeida e Piaia (2024, p. 2), a tese da manipulação eleitoral apresenta-se “como uma pauta antisemita e conspiratória que se desenvolve no âmbito das redes digitais conservadoras e do populismo autoritário de direita contemporâneo”. Neste cenário, ao retomarmos os distintos momentos políticos nos quais foram registrados embates políticos a respeito da confiabilidade das urnas eletrônicas (Vicari, 2024), percebemos que há, após 2014, o início da sedimentação de uma narrativa que se fortaleceria a partir de 2018. Weber et al. (2021) demonstraram que, em 2018, a campanha de Bolsonaro preocupou-se em pautar o descrédito nas urnas eletrônicas, ocupando-se do tema em 12% dos vídeos publicados no Facebook no período eleitoral do segundo turno.

Enquanto presidente, Bolsonaro atacou as urnas uma vez a cada oito dias⁶, utilizando o discurso de forma estratégica também em períodos não eleitorais. Em 2020, em um evento com apoiadores na cidade de Miami, Estados Unidos, o ex-presidente afirmou ter provas de que as eleições de 2018 teriam sido fraudulentas e de que ele deveria ter sido eleito no primeiro turno. Dias depois, Bolsonaro viria

⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/07/condenado-no-tse-bolsonaro-fez-um-ataque-ao-sistema-eleitoral-a-cada-oito-dias-enquanto-esteve-no-governo.ghtml>. Acesso em: 08. ago. 2025.

a se desculpar com o TSE e afirmar que, na verdade, não possuía provas da alegada fraude (Andrade, 2022). Em 2021, Bolsonaro voltou a acusar a urna eletrônica de fraude ao conceder uma entrevista para a Rádio Guaíba, ocasião em que afirmou ter provas de que as eleições de 2014 foram fraudadas e que Aécio Neves derrotou Dilma Rousseff (Soares, 2021).

Estas acusações de fraude repercutiram com maior intensidade em 2022. Naquele momento, Jair Bolsonaro, desta vez candidato pelo Partido Liberal (PL), contava com a atuação, nas mídias sociais, de uma verdadeira milícia digital conhecida como Gabinete do Ódio. Ainda em 2019, o STF abriu um inquérito para investigar os conteúdos desinformativos publicados por integrantes do Gabinete do Ódio, como ficou conhecido o grupo integrado por assessores da Presidência da República e colaboradores de diversos estados, ligados a parlamentares bolsonaristas. Esses atores eram responsáveis pela construção de narrativas dos fatos favoráveis ao presidente e nocivas aos adversários e por divulgar as narrativas em sites de redes sociais e aplicativos de mensagem, constituindo uma associação criminosa financiada por dinheiro público (Said, 2020).

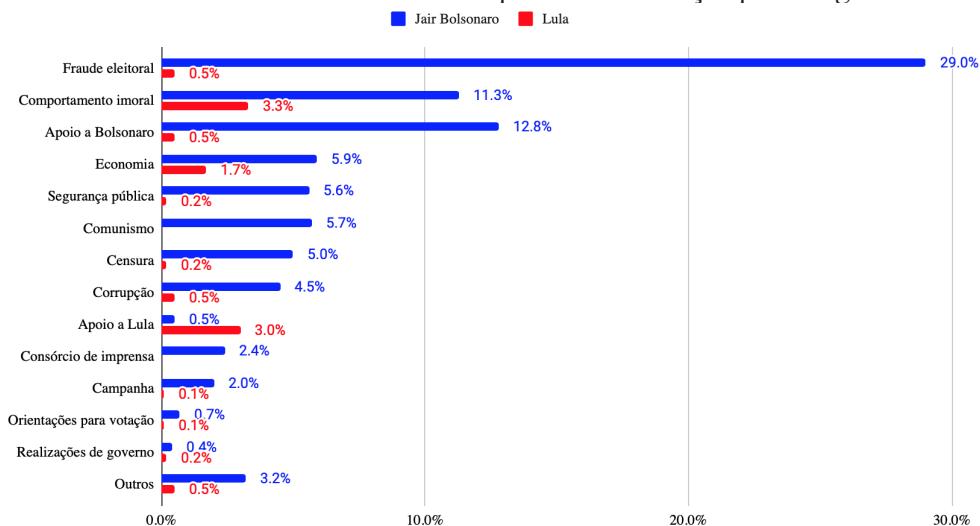
Além da utilização da máquina estatal a seu favor, Bolsonaro contava com a simpatia dos militares, mencionados no inquérito das milícias digitais como integrantes do Gabinete do Ódio (Santana, 2022). Investigações posteriores, deflagradas a respeito dos atos do dia 8 de janeiro de 2023 pela Polícia Federal, concluíram que o ex-presidente liderou, apoiado por militares do Exército, uma organização criminosa com o objetivo de manter-se no poder, e que a desinformação sobre as urnas eletrônicas constituiu uma estratégia fundamental para alcançar esse objetivo⁷.

Para Rennó (2022), a marca das eleições brasileiras de 2022 foi o risco de um desgaste ainda mais acentuado das instituições democráticas, pois apoiadores de Jair Bolsonaro proferiram “profundos e continuados questionamentos da lisura de nosso processo eletrônico de contagem de votos”. Este risco pode ser observado a partir da análise dos conteúdos verificados pelos principais projetos de checagem de fatos (*fact-checking*) do país entre os meses de agosto e novembro, que mostram a “Fraude eleitoral” como o principal argumento dos conteúdos considerados inverídicos, concentrando 29,5% das imagens, vídeos, textos e áudios verificados.

⁷ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c4gz1942mn0o>. Acesso em: 08 ago. 2025.

Do total, 29% destes conteúdos buscavam favorecer Jair Bolsonaro⁸, que, conforme mostra o Gráfico 1, era apontado como o principal prejudicado pela fraude eleitoral em curso na disputa.

Gráfico 1: Candidato beneficiado pela desinformação por categoria

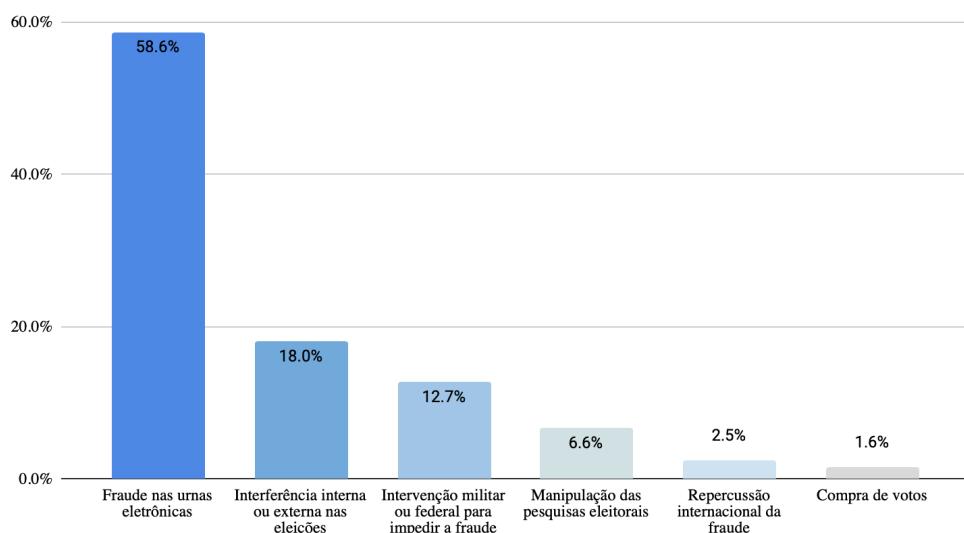


Fonte: Elaboração própria

A partir da análise da categoria “Fraude eleitoral”, foi possível dividir a retórica da fraude em 7 subcategorias, as quais mostraram a proeminência das acusações direcionadas às urnas eletrônicas: 58,6% dos conteúdos verificados dedicavam-se a alegar que as urnas não eram seguras e estavam sendo preparadas para emitir resultados adulterados, conforme demonstra o Gráfico 2.

⁸ Os conteúdos verificados pelos sites de checagem de fatos correspondentes a 0,5% da categoria “Fraude eleitoral”, que beneficiaram Lula, ainda provocam dissenso. Tratam-se de conteúdos que alegavam que operações policiais realizadas no dia do segundo turno visavam prejudicar eleitores que residiam em estados mais favoráveis a Lula. A informação, apesar de considerada falsa pelos sites de verificação, tornou-se motivo de controvérsia após o fim do pleito eleitoral. Documentos acessados pela imprensa mostraram que o Ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, reuniu-se com a Polícia Federal para solicitar reforço no efetivo policial em cidades do estado do Nordeste, uma região que concentra grande apoio a Lula. De acordo com as apurações feitas pelos veículos midiáticos, Torres estava ciente dos objetivos das operações. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2022/10/30/ministro-da-justica-foi-escalado-por-bolsonaro-para-uso-da-prf-contra-transporte-de-eleitores.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

Gráfico 2: Principais temas da desinformação sobre fraude eleitoral



Fonte: Elaboração própria

Em seguida, a Tabela 3 apresenta exemplos de peças de desinformação contidas na subcategoria “Fraude nas urnas eletrônicas”, que foram reproduzidas ou parcialmente reproduzidas em decorrência da frequência com que apareceram nos sites de checagem de fatos e do destaque conferido a elas — estiveram, portanto, presentes em mais de um dos sites analisados e foram classificadas por eles como “virais”.

23

Tabela 3: Peças de desinformação contidas na subcategoria

“Fraude nas urnas eletrônicas”

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
“Ela [a entrevistadora] falou: então, no aplicativo aqui daria pra você escolher o seu presidente, se você apertar aqui. Eu falei: eu não vou pôr minha mão no seu celular, aperta aí: Bolsonaro! Ela falou: não, tem que ser o senhor. Aí, eu estranhei. Viu, mas por que que eu que tenho que pôr o dedo aí? Por quê? Por que ele quer pegar a digital, né? Aí, eu olhei no aplicativo dela e disse: deixa eu dar uma olhada. Coloquei o óculos [sic], olhei, era uma urna eletrônica. É mole? Uma urna eletrônica”.	Em um aplicativo de mensagem, um áudio alertava eleitores de Bolsonaro para se precaverem caso fossem abordados por entrevistadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma vez que estes estariam roubando a biometria de bolsonaristas para invalidar seus votos, com o auxílio de uma urna eletrônica acoplada ao celular. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/ibge-tem-celular-com-urna-eletronica-para-roubar-biometria-eleitores-de-bolsonaro.html . Acesso em: 12 de julho de 2023.

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
<p>"Precisamos compartilhar esta mensagem sem dó.... Prestem bem atenção no que vou te relatar, isto é muito grave, porém ainda há tempo para reverter... Em um recente almoço de aniversário em Canoas/RS o petista Marco Maia, Ex-Deputado Federal, depois de beber várias doses de caipira, deixou escapar uma informação muito grave (...), a fraude já está toda arquitetada e será na totalização dos votos, quando do encerramento da votação...".</p>	<p>O ex-deputado federal Marco Maia (PT) teria denunciado um esquema de fraude que ocorreria na totalização dos votos. De acordo com a mensagem de texto, as urnas permitiriam votos em qualquer candidato, mas, ao final, o resultado seria manipulado para se assemelhar ao que mostravam as pesquisas eleitorais. Disponível em: https://www.e-farsas.com/o-ex-deputado-marco-maia-revelou-esquema-de-fraudes-nas-urnas.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"E aí bom então pessoal olha olha que doideira olha que doideira para você ver como a gente tá assim correndo risco tremendo é que a página da ursal da União das repúblicas socialistas da América Latina eles podem pesquisar que eu tô no meu Facebook agora aqui olha o que que acabou de sair a 53 minutos atrás podem entrar no seu Facebook entra nessa página aqui para vocês darem uma olhadinha nesse posto deles aqui ó: 'é camarada estamos recebendo muitas mensagens de companheiros preocupados com a possível Vitória de bolsonaro alegando que mesmo as manipulações nas zonas e falsas acusações de nazismo não serão suficientes (...) [mas este ano vamos] deixar parte do código com erros propositais para zonas e localidades onde o bolsonaro tem mais votos terem problema [sic]".</p>	<p>Estaria em curso um plano da esquerda para fraudar as eleições por meio das urnas eletrônicas. Segundo o texto, urnas com problema no código seriam propositadamente enviadas para zonas eleitorais e localidades em que Bolsonaro fosse apontado como o favorito. Ao longo da disputa, portanto, elas precisariam ser substituídas e os votos de eleitores daquelas localidades seriam anulados. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/ursal-e-esquerda-vao-fraudar-urnas-eletronicas-em-2022.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"Segundo jornalista do ABCD, que não quis se identificar, cerca de 2.000 urnas eletrônicas estariam sendo modificadas por funcionários militantes, em uma sala no segundo andar do sindicato dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo, o próprio relatou que um cerco de seguranças do MST estaria fazendo a segurança da sala, para que pessoas não autorizadas tivesse acesso às urnas".</p>	<p>Em um vídeo tornado viral nos sites de redes sociais, apoiadores de Jair Bolsonaro alegaram ter entrado em sindicatos do PT em Itapeva e no ABC paulista e encontrado urnas eletrônicas. As urnas estariam sendo transportadas para sedes do PT com o intuito de serem modificadas. Disponível em: https://www-aosfatos.org/noticias/urnas-eletronicas-sindicato-dos-metalurgicos-do-abc/. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
<p>"É minha irmã negócio tá complicado aqui em Cordeiro o bicho tá pegando tá. O fórum aqui em Cordeiro hoje tá lotado de fiscal do TRE. Chegaram duas urnas aqui em Cordeiro por volta de meio-dia que, quando eles foram lançar o código da urna, porque tem que lançar o código da urna no sistema do TSE né, que é Superior Tribunal Eleitoral, dizendo que essa hora chegou zerada e etc. etc. A urna de uma sessão de Cordeiro do Rodolfo que tem 327, se eu não me engano, 327 eleitores a urna chegou com 139 votos já de Lula registrados na urna. Isso aqui em Cordeiro, interior do Estado do Rio de Janeiro, interior do Brasil. Você imagina isso aí nesse brasilão afora como é que não tá de fraude? Então esse é o meu medo [sic]".</p>	<p>Cidades brasileiras estariam recebendo, às vésperas do primeiro turno, urnas eletrônicas com votos computados. Um áudio alegava que cidades como Serafina Corrêa, no Rio Grande do Sul, e Cordeiro, no Rio de Janeiro, teriam encontrado, no momento da emissão da zerésima, urnas com, respectivamente, 129 votos registrados e 81% dos votos registrados para Lula. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/urna-eletronica-em-cordeiro-rj-ja-esta-com-votos-contabilizados-para-lula-boato.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
 <p>"A urna chegando de táxi, nem polícia é".</p>	<p>Conteúdos de texto e imagem mostravam urnas eletrônicas transportadas de forma supostamente irregular por táxis ou por garis no Rio de Janeiro, acompanhados por comentários que lançavam dúvidas sobre a segurança do transporte dos equipamentos. Disponível em: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/02/urna-transportada-por-taxi. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"Estou vendo aqui a matemática q percebo agora. Antes do resultado final. Estou vendo q está assim: Com 12% temos: Bolsonaro 48% Lula 42% Então, observem o seguinte: nos votos totais. A cada 12% de apuração Se lula sobe 1% e JB desce 0,5%>. Estou acompanhando pela Jovem Pan. Isto acontecendo, e se confirmando, é sinal d algoritmo e fraude eleitoral. As FFAA deverão estar d olho neste acontecimento. Ou algo bem parecido com estes números. Com 60% estarão empatados.... Ass: Heberbio [sic]".</p>	<p>Textos alegavam que algoritmos teriam modificado o resultado das urnas. Nos aplicativos de mensagem, a empresa Smartmatic foi apontada como responsável por ter "o software das urnas" e permitir o funcionamento do algoritmo de fraude. O algoritmo, mostravam outras mensagens, desviava 1% dos votos para Lula a cada 12% dos votos apurados. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/algoritmo-da-urna-da-1-para-lula-a-cada-12-de-votos-apurados-prova-da-fraude-nas-eleicoes.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
<p>"Exército solicita o código fonte do programa de centralização dos votos. Há uma suposição de erro considerando o voto de rebanho. O ITA é o IME irão fazer a auditoria. Entenda como funciona conforme o áudio que segue".</p>	<p>Após o primeiro turno, um texto, acompanhado por áudio, afirmava que as Forças Armadas tinham indícios de fraude e, por isso, teriam solicitado o código-fonte das urnas. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/exercito-pediu-codigo-fonte-das-urnas-eletronicas-porque-descobriu-fraude-voto-de-rebanho.html#google_vignette. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"CIDADES QUE ATÉ OS MORTOS VOTARAM EM LULA. (...) e mais 192 cidades Brasileiras (Bahia com maior número) em que os mortos RESSUSCITARAM para VOTAR em Lula".</p>	<p>Textos afirmavam que várias cidades no país teriam registrado um número de votos superior ao número de habitantes, originando a narrativa de que "Até os mortos votaram em Lula". Uma das mensagens apresentava cidades com nomes inventados, como Porto da Pedra, supostamente localizada em Pernambuco e que, na verdade, não existe. Porto da Pedra teria registrado 8.090 votos em Lula, tendo apenas 6.122 habitantes. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/mortos-votaram-em-lula-em-diversas-cidades-no-nordeste-do-brasil.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"Confirmada A Fraude, FFAA Devem Apresentar Relatórios Da Eleição Nas Próximas Horas. Enquanto a população que votou no presidente Jair Bolsonaro acusa o TSE de fraude, as FFAA prometem entregar relatório ainda hoje [sic]".</p>	<p>Com o fim do segundo turno e a confirmação da vitória de Lula, uma grande quantidade de textos citavam um suposto relatório que seria tornado público pelo Exército e comprovaria a fraude nas urnas. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/confirmada-fraude-ffaa-deve-apresentar-relatorio-eleicao-proximas-horas.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
<p>"   *URNAS FORAM ENCONTRADAS DESCARTADAS ILEGALMENTE NO DMLU DE PORTO ALEGRE*   Segundo morador da região e trabalhador da reciclagem local, Gilmar Alencar, por volta das 01:45 da manhã um furgão/van de cor preta estacionou perto de um matagal próximo ao aterro sanitário e descartou as urnas já destruídas. Segundo Gilmar, 3 homens descarregaram o veículo sem identificação aparente (empresa ou órgão governamental), estavam vestidos de preto e, apesar do horário, faziam uso de bonés [sic]" data-bbox="198 400 488 478"/></p>	<p>Uma narrativa detalhada alegava que urnas eletrônicas teriam sido descartadas de maneira ilegal na cidade de Porto Alegre, e que um trabalhador da reciclagem teria presenciado o momento em que um furgão preto estacionou perto do aterro e depositou os objetos destruídos. A imagem que acompanhava o texto mostrava, na verdade, urnas danificadas após um acidente de trânsito ocorrido em 2009, no Rio Grande do Norte, quando o veículo que transportava as urnas colidiu com um caminhão. Disponível em: https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/22/urnas-eletronicas-descartadas-porto-alegre. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"AMEAÇA A SOBERANIA NACIONAL: O jornalista Mike Lindell disse numa emissora de TV americana que cerca de 5 milhões de votos de Bolsonaro foram ROUBADOS através das urnas eletrônicas [sic]".</p>	<p>Outras mensagens de texto alegavam que Bolsonaro teria sido eleito com 65% dos votos, que 5,1 milhões de votos foram roubados do candidato nas urnas eletrônicas e que as urnas das regiões Norte e Nordeste foram acometidas pela fraude, noticiada no exterior por "peritos" que encontraram "anomalias estatísticas" no resultado. Disponível em: https://www.boatos.org/politica/mike-lindell-esta-certo-dizer-que-51-milhoes-de-votos-foram-roubados-bolsonaro.html. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>
<p>"Instituto Alemão Gefälschte Nachrichten afirma que houve fraude nas eleições do Brasil. Segundo o presidente do instituto, Dr. Alter Mann mit Brille, Phd em Cibersegurança por Harvard (...)".</p>	<p>Conteúdos satíricos também eram compartilhados como se fossem verdadeiros. Uma publicação, em formato de texto, afirmava que o instituto alemão Gefälschte Nachrichten provou a ocorrência de fraude nas eleições, mas trata-se de um instituto fictício batizado com o termo em alemão para "notícia falsa". Disponível em: https://www.boatos.org/politica/instituto-alemao-gefalschte-nachrichten-denuncia-fraude-nas-eleicoes-brasil.html#google_vignette. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>

Unidade de Análise (Parcial ou Completa)	Contextualização
<p>"RELATÓRIO OFICIAL DE ELEIÇÕES FRAUDADAS".</p>	<p>Um relatório entregue ao TSE pelo Partido Liberal (PL), contestando o resultado do segundo turno, embasou muitos conteúdos fabricados difundidos nas redes digitais. O relatório alegava que urnas apresentaram mau funcionamento e solicitava a anulação dos votos de cerca de 60% dos aparelhos⁹. Vídeos contendo desinformação utilizaram trechos do relatório para afirmar que Bolsonaro teria conseguido comprovar a quebra do sigilo do voto e que o documento entregue ao TSE seria suficiente para justificar a convocação de novas eleições. Disponível em: https://www.justicaeleitoral.jus.br/fato-ou-boato/checagens/mulher-engana-ao-afirmar-que-relatorio-apocrifo-comprova-fraude-nas-eleicoes/#. Acesso em: 12 de julho de 2023.</p>

Fonte: Elaboração própria

É possível notar, a partir dos exemplos, o uso de recursos comuns à desinformação, como um linguajar alarmista e exagerado — “AMEAÇA A [sic] SOBERANIA NACIONAL”; “isto é muito grave” —, erros ortográficos, informações vagas e imprecisas (Matos, 2020), além do emprego de recursos como “emojis”, símbolos gráficos digitais, para conferir destaque ao conteúdo da publicação — “⭐⭐⭐⚠️”. Outro recurso comum às peças desinformativas foi o Call-To-Action (CTA), ou chamada para ação, que convida o leitor a realizar uma ação a partir da leitura: “Precisamos compartilhar esta mensagem sem dó”. Além disso, exemplos como a sátira assemelharam-se a uma notícia fabricada na medida em que buscaram mimetizar o formato estrutural de uma notícia, com manchete e subtítulo.

28

Com relação à ênfase temática das peças de desinformação, houve divergência de acordo com os momentos da disputa eleitoral. Enquanto o período que antecede o primeiro turno foi marcado por conteúdos que buscavam denunciar esquemas de fraude ligados a autoridades políticas e/ou instituições e instâncias nacionais, como supostos esquemas articulados pela esquerda em conjunto com o judiciário para computar votos dentro das urnas, os períodos pós-primeiro turno e segundo turno foram assinalados por narrativas que visavam fornecer supostas

⁹ Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2022/noticia/2022/11/22/pl-apresenta-relatorio-e-pede-invalidacao-de-votos-sem-apresentar-provas-de-fraude-tse-ordena-que-partido-se-manifeste-tambem-sobre-o-1o-turno.ghtml>>. Acesso em: 01 ago. 2023.

provas de que estes esquemas haviam sido implementados. Ao fim do segundo turno, a menção ao Exército e às Forças Armadas como atores que deveriam ser acionados pela população para reverter a fraude ou que já estariam atuando com este intuito foi frequente, assim como a menção a relatórios emitidos por “peritos” que teriam conseguido comprovar resultados fraudulentos.

O agendamento da desinformação difere profundamente do debate técnico, científico e político que caracterizou o período que se inicia com a implementação da urna eletrônica e se estende até o ano de 2014 (Vicari, 2024). Mesmo que Bolsonaro não tenha sido o protagonista do embate naquele momento, a análise dos conteúdos desinformativos e a proeminência adquirida por eles nos períodos eleitorais de 2018 e principalmente de 2022, assim como as consequências sociopolíticas observadas após 2022, indicam que o ex-presidente e seus aliados atuaram para capturar a pauta da segurança das urnas eletrônicas, inseri-la na agenda do público e da mídia e fomentar a indignação que alimentou o conservadorismo digital de direita.

Considerações Finais

29

Em um contexto marcado pela presença de campanhas eleitorais em sites de redes sociais e pela intensa polarização da disputa presidencial, acusações de fraude eleitoral ganharam espaço na internet.

A análise das frequências temáticas da desinformação nas eleições brasileiras de 2022 demonstra que a fraude eleitoral, que figurou como o tema de maior proeminência nos sites de checagem de fatos, buscava favorecer o candidato Jair Bolsonaro e consolidar a ideia de que sua desvantagem naquele ano, apontada pelas pesquisas de intenção de voto, era fruto de manipulação do processo eleitoral pelo PT e aliados do Poder Judiciário, idealizadores de um esquema para alterar o resultado da urna eletrônica.

Ante o exposto, é possível verificar que a desinformação sobre as urnas eletrônicas nas eleições brasileiras de 2022 foi fruto de agendamento. A urna eletrônica passou a figurar como uma grande preocupação na agenda do público apenas em cenário recente, uma vez que pesquisas realizadas na década passada mostravam altos índices de confiança da população brasileira na máquina: em 2010, uma pesquisa realizada pelo Instituto Sensus constatou que 94,4% dos

brasileiros aprovavam o sistema informatizado de votação (Andrade, 2022). Esta mesma pesquisa era mencionada por técnicos do TSE em audiências públicas para atestar a segurança do equipamento (Vicari, 2024).

Se o Datafolha mostrou, em 2022, que a urna eletrônica ainda é objeto de credibilidade perante à sociedade brasileira — 79% de confiança, divida entre 47% de confiança elevada e 32% de baixa confiança, contra 20% de desconfiança¹⁰, a pesquisa da Quaest, mencionada anteriormente, apontou que 34% dos brasileiros apoiaram os questionamentos feitos por Jair Bolsonaro ao sistema eleitoral. Nesse sentido, a confiança depositada no sistema eleitoral como um todo e na urna eletrônica em específico tem se mostrado, diante do observado, menos robusta do que outrora.

Mesmo que a desinformação sobre a urna eletrônica seja anterior às campanhas presidenciais de Bolsonaro, foi possível verificar que ela foi inserida na agenda do segmento político bolsonarista de maneira proposital e estratégica, fomentando questionamentos direcionados às instituições democráticas e culminando em um discurso que justificava a demanda por um golpe de Estado a partir da alegada fraude eleitoral. Assim, de maneira paradoxal, as urnas eram apontadas como protagonistas do processo de aniquilação democrática, para o qual uma intervenção militar — e a consequente ruína da democracia — seria o antídoto desejado.

30

Nas eleições de 2022, o agendamento da desinformação foi caracterizado por uma campanha intensa que mobilizou figuras políticas e uma parcela significativa da sociedade brasileira, que aparenta estar receosa com relação ao processo eleitoral e para quem a urna eletrônica deixou de ter o mesmo nível de credibilidade registrado em cenários anteriores. Por fim, a agenda midiática foi influenciada pelo mesmo processo, e os sites de checagem de fatos voltaram-se para a desinformação sobre a urna eletrônica visando combater a retórica da fraude.

¹⁰ Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2022/08/cresce-confianca-nas-urnas-eletronicas.shtml>. Acesso em: 08 ago. 2025.

Figura 1 - Apoiadores de Jair Bolsonaro caminham em direção ao Congresso Nacional



Fonte: UOL¹¹.

Agradecimentos

À FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (processo n. 2022/03090-0).

31

Referências

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. "Social Media and Fake News in the 2016 Election". *The Journal of Economic Perspectives*. v. 31, n. 2, pp. 211-235, 2017. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/44235006>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ANDRADE, Fernanda Soares. *Tudo o que você sempre quis saber sobre a Urna Eletrônica Brasileira*. São José dos Campos: SindCT, 2022.

AZEVEDO, Fernando. "Agendamento da política". In: RUBIM, Antonio A. C. (Org.). *Comunicação e Política: conceitos e abordagens*. Salvador: EDUFBA, 2004.

BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. "The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions". *European Journal of Communication*. v. 33, n. 2, pp. 122-139, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/ejp.31.2.211>. Acesso em: 30 jul. 2023.

CHADWICK, Andrew; VACCARI, Cristian. *News sharing on UK Social Media: Misinformation, Disinformation and Correction*. Loughborough: Online Civic Culture Centre, Loughborough University, 2018.

¹¹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2023/01/09/desinformacao-sobre-codigo-fonte-da-urna-mobilizou-bolsonaristas-que-invadiram-congresso.htm>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CHADWICK, Andrew; VACCARI, Cristian; O'LOUGHLIN, Ben. "Do tabloids poison the well of social media? Explaining democratically dysfunctional news sharing". **New Media & Society**. v. 20, n. 11, pp. 4255-4274, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/14614448187696>. Acesso em: 20 set. 2023.

COHEN, Jacob. "A coefficient of agreement for nominal scales". **Educational and Psychological Measurement**, v. 20, n. 1, pp. 37-46, 1960.

CILLIZZA, Chris. "Donald Trump just claimed he invented 'fake news'". **CNN** [online], 26 out. 2017. Politics. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2017/10/08/politics/trump-huckabee-fake/index.html>. Acesso em: 31 jul. 2023.

DOURADO, Tatiana; ALMEIDA, Sabrina; PIAIA, Victor. "Fraude nas urnas e contestação eleitoral no Brasil: análise multiplataforma de atores políticos, viés conspiratório e moderação de conteúdo". **Opinião Pública**, v. 30, pp. 1-26, 2024. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/1807-019120243017>. Acesso em: 03 ago. 2025.

DRAGU, Tiberiu; FAN, Xiaochen. "An agenda-setting theory of electoral competition". **The Journal of Politics**, v. 4, n. 78, pp. 1170-1183, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/686310>. Acesso em: 31 jul. 2023.

FRANCIA, Peter L. "Free Media and Twitter in the 2016 Presidential Election: The Unconventional Campaign of Donald Trump". **Social Science Computer Review**, v. 36, n. 4, pp. 440-455, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0894439317730302>. Acesso em: 31 jul. 2023.

32

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. "From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro". **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1, pp. 2-28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1981-3821202100010003>. Acesso em: 31 jul. 2023.

LANDIS, J. Richard; KOCH, Gary G. "The Measurement of Observer Agreement for Categorical Data". **Biometrics**, v. 33, n. 1, pp. 159-174, 1977.

LIPPmann, Walter. **Opinião Pública**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MAIA, Rousiley; HAUBER, Gabriela; PAULA, Julia E. de. "Análise de Conteúdo". In: MAIA, Rousiley (Org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

MAIA, Rousiley et al. "Análise de Conteúdo Integrada". In: MAIA, Rousiley (Org.). **Métodos de pesquisa em comunicação política**. 1. ed. Salvador: EDUFBA, 2022.

MATOS, Rafael C. de. "Fake news frente à pandemia de COVID-19". **Em Debate**, v. 8, n. 3, pp. 78-85, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.22239/2317-269X.01596>. Acesso em: 03 ago. 2025.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. "The agenda-setting function of mass media". **Public Opinion Quarterly**, v. 36, pp. 176-195, 1972.

RECUERO, Raquel. "#FraudenasUrnas: estratégias discursivas de desinformação no Twitter nas eleições 2018". **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 20, n. 3, pp. 383-406, jul. 2020.

RENNÓ, Lucio. “Bolsonarismo e as eleições de 2022”. *Estudos Avançados*, v. 36, n. 106, pp. 147-163, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.009>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SAID, Flávia. “Ex-aliados de Bolsonaro mostram como funciona o gabinete do ódio”. *Congresso em Foco* [online], 28 maio 2020. Governo. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/ex-aliados-de-bolsonaro-detalham-modus-operandi-do-gabinete-do-odio/>. Acesso em: 03 set. 2023.

SANTANA, Eliara. “Ecossistema de desinformação se consolidou com o bolsonarismo”. In: AVRITZER, Leonardo; SANTANA, Eliara; BRAGATTO, Rachel (Orgs.). *Eleições 2022 e a reconstrução da democracia no Brasil*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

SOARES, Ingrid. “Sem provas, Bolsonaro diz que Aécio Neves derrotou Dilma Rousseff em 2014”. *Correio Braziliense* [online], 07 Julho 2021. Política. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/07/4936135-sem-provas-bolsonaro-diz-que-aecio-neves-derrotou-dilma-rousseff-em-2014.html>. Acesso em: 01 ago. 2023.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. “A desinformação é uma indústria”. In: MARTINS, Helena (Org.). *Desinformação: crise política e saídas democráticas para as fake news*. São Paulo: Veneta, 2020.

TRAQUINA, Nelson. *O estudo do jornalismo no século XX*. 1. ed. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001.

33

VARGO, Cris J; GUO, Lei; AMAZEEN, Michelle A. “The agenda-setting power of fake news: A big data analysis of the online media landscape from 2014 to 2016”. *New Media & Society*, v. 20, n. 5, pp. 2028-2049, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444817712086>. Acesso em: 01 ago. 2023.

VICARI, Isabella. *A urna eletrônica brasileira: entre controvérsias e desinformação*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/433dd2f3-e20c-4fb6-8658-54870cfab9d5>. Acesso em: 01 ago. 2023.

VINHAS, Otávio; PRATES, Camila Dellagnese. “Seguindo a construção de fatos e mapeando redes: urnas eletrônicas brasileiras são confiáveis?”. *Século XXI - Revista De Ciências Sociais*, v. 10, n. 2, pp. 09-37, Jul./Dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/35900/45366>. Acesso em: 31 jul. 2023.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. “Information Disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making”. *Council of Europe*, 2017.

WEBER, Maria Helena et al. “Rupturas político-estéticas na eleição presidencial de 2018: as *fanpages* de Bolsonaro e Haddad”. In: CERVI, Emerson; WEBER, Maria Helena (Orgs.). *Impactos político-comunicacionais nas eleições brasileiras de 2018*. Curitiba: CPOP/Carvalho Comunicação, 2021.